

Termo de Colaboração n.º 144/2025/GP.

TERMO DE COLABORAÇÃO

PARTES: *Município de Pato Branco*, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, CEP: 85.501-064, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Geri Natalino Dutra**, brasileiro, portador do RG nº 4551478-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº 648.471.369-34, residente e domiciliado em Pato Branco - PR, como **CONCEDENTE**, e de outro lado, **Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer e Outros - GAMA**, inscrita no CNPJ nº 08.696.045/0001-54, com sede na Rua Teóphilo Augusto Loiola N.º 360, bairro Sambugaro em Pato Branco – PR, CEP.: 85.502-480, Telefone (46) 3223-1181 / (46) 9 9933-5391, endereço eletrônico gamapatobranco@hotmail.com, neste ato representado pela sua presidente **Lucineti Aparecida Zanatta da Silva Cordeiro**, portadora do CPF nº 801.814.309-91 inscrito no RG nº 4.101.303-6 SSP PR, residente e domiciliado em Pato Branco – PR, como **PROPONENTE**, conforme autorização constante do processo administrativo nº 19.616/2025, **Inexigibilidade de Chamamento Público n.º 108/2025 – Processo n.º 110/2025**, que independente da sua transcrição, integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022 e demais legislações aplicáveis, bem como, pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I. Constitui objeto desta parceria a execução do Projeto Acolher a dor é essencial, que tem por objeto garantir as condições de acolhimento, higiene e alimentação para pessoas em tratamento de saúde e seus acompanhantes, por meio da aquisição de materiais de consumo essenciais para a manutenção do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – META DE ATENDIMENTO

I. A entidade, para fins de execução do objeto, visa atender às seguintes metas, as quais serão detalhadas no plano de trabalho e monitoradas conforme os indicadores pactuados:

a. Metas Qualitativas:

- i. Obter feedback sobre os serviços essenciais (higiene e alimentação) de uma amostra 5 usuários diferentes a cada mês.
 - ii. Fomentar o engajamento dos acolhidos, garantindo que ao menos 70% deles participem de no mínimo uma atividade de apoio (Roda de Superação, Ozonioterapia, Fisioterapia, etc.), durante o período de permanência
- b. Metas Quantitativas:**
- i. Garantir acolhimento integral para 20 usuários (pacientes e acompanhantes mensalmente).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- I. O serviço será executado fielmente pela PROPONENTE, após a assinatura do Termo de Colaboração, devendo cumprir todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto ao Plano de Trabalho apresentado.
- II. No caso de interrupção do funcionamento da PROPONENTE ou paralisação das atividades vinculadas à presente parceria, faculta-se à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

- I. O prazo de execução da parceria será de 08 (oito) meses, contados do recebimento do recurso da parceria.
- II. O prazo de vigência da parceria será de 10 (dez) meses, contados da publicação do termo de colaboração.
- III. Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, de acordo com a legislação vigente, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

- I. Para a execução do objeto da parceria, o CONCEDENTE fará o repasse do valor total de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** à PROPONENTE.
- II. Os recursos a que se refere o repasse são provenientes de emenda impositiva, sendo elas:
 - a. Emenda Impositiva Individual n.º 14 – R\$ 50.000,00.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. Os repasses destinados à execução do objeto da parceria correrão por conta do recurso da dotação orçamentária:

- a. 08.07 Secretaria Municipal de Saúde – Administração da Saúde. 101220043.2.388000 Manutenção das Atividades da Saúde. 3.3.50.43.99.99 Demais Entidades do Terceiro Setor. Fonte 0. Código Reduzido: Despesa 3900 – Desdobramento 18181.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE REPASSE E FORMA DE PAGAMENTO

I. O repasse dos recursos será efetuado em parcela única após a assinatura e publicação do presente instrumento, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação do Termo de Colaboração.

II. Os recursos serão depositados em conta bancária exclusiva para a execução da presente parceria, de titularidade da PROPONENTE, mantida no Banco do Brasil, Agência 8563-4, Conta Corrente n.º 916-4.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

I. Os recursos financeiros deverão ser aplicados no custeio das seguintes despesas, desde que estritamente relacionadas à execução do objeto da parceria:

DESPESA	VALOR
3.3.90.30.07.00 Gêneros de Alimentação	R\$ 24.000,00
3.3.90.30.16.00 Material de Expediente	R\$ 5.600,00
3.3.90.30.21 Material de Limpeza e Produção de Higienização	R\$ 10.200,00
3.3.90.30.99 Outros Materiais de Consumo	R\$ 10.200,00
TOTAL:	R\$ 50.000,00

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES E COMPRAS

I. A contratação de bens, serviços e empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverá obedecer aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

II. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista ou de qualquer espécie entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a execução do objeto da parceria, sendo de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, assim com quaisquer despesas de natureza fiscal ou comercial relativamente ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, afastando-se por completo a responsabilidade, ainda que solidária ou subsidiária, da CONCEDENTE por quaisquer destas obrigações.

III. A PROPONENTE adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos no âmbito da presente parceria; desde que obedecidos os princípios citados no inciso I desta cláusula e da legislação relacionada no preâmbulo.

IV. A PROPONENTE deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, através de pesquisas de preços, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira exigível em prestação de contas.

V. A PROPONENTE deverá manter em sua guarda, pelo prazo de 10 (dez) anos, os orçamentos coletados de fornecedores e prestadores de serviços, a fim de comprovar, caso necessário, a compatibilidade das despesas com os valores de mercado.

VI. Para fins de comprovação das despesas, a PROPONENTE deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

- I. Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no Banco do Brasil, Agência n. ° 8563-4, Conta Corrente n. ° 916-4.
- II. A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.
- III. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.
- IV. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- a. A utilização do recurso a que se refere este item deve ser solicitada pela PROPONENTE com antecedência de até 30 (trinta) dias do término da vigência, perante o gestor da parceria, formalizando-se através de termo de apostilamento.
- V. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- VI. Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE

- I. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial,

sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

II. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a.** Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;
- b.** Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- c.** Analisar a prestação de contas na forma e nos prazos determinados na Lei nº 13.019/2014;
- d.** Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas para a execução do objeto do termo de fomento e nas normas complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Finanças;
- e.** Designar gestor para acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- f.** Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;
- g.** A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- h.** Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- i.** Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei nº 13019/2014;
- j.** Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

III. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a.** Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- b.** Aplicar os recursos transferidos pela Administração Pública exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho;
- c.** Divulgar na internet ou/e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;
- d.** Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e.** Responsabilidade exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- f.** Dar livre acesso aos servidores do órgão repassador dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- g.** Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e de pessoal contidas no Plano de Trabalho;
- h.** Prestar contas dos recursos financeiros recebidos pela Administração Pública, em conformidade com o Capítulo IV da Lei nº 13019/2014;
- i.** Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

- i. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
 - ii. Garantir sua guarda e manutenção;
 - iii. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 - iv. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
 - v. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE;
 - j. Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014.
- IV.** Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- V.** Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados;
- VI.** Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

- I.** Fica proibido à PROPONENTE:
- a. A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
 - b. Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
 - c. Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
 - d. Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista no Plano de Trabalho
 - e. Utilizar os recursos recebidos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;

- f. Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g. Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h. Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i. Pagamento de despesa bancaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

- I. O Termo de Colaboração poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas em Lei e regulamento, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada.
- II. A vigência do Termo de Colaboração poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, de acordo com a Lei nº 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 9.309/2022, a ser apresentada à CONCEDENTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto.
- III. A prorrogação de ofício da vigência do termo de Colaboração deve ser feita pela CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.
- IV. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo de apostilamento ou termo aditivo ao plano de trabalho original, na forma do artigo 42 do Decreto Municipal nº 9.309/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO GESTOR DA PARCERIA

- I. A CONCEDENTE indica como Gestora da parceria a servidora **Fernanda Danielli Wastchuk**, enfermeira, Matrícula n.º 10.541-4/1, inscrita no CPF n.º 060.6**. *2*-8*, dentro dos padrões determinados pela legislação, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.
- II. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos art. 69 do Decreto Municipal 9.309/2022 e art. 73

da Lei 13.019/2017, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

III. O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14.

IV. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

I. Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 9.309/2022 e do Plano de Trabalho aprovado.

II. Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE.

III. O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 468/2023, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

IV. O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação.

V. Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - b. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
 - d. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Colaboração;
 - e. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
- VI.** No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.
- VII.** O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria.
- VIII.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- I.** A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.
- II.** Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo:
- a. A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
 - b. A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
 - c. Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
 - d. Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

III. O relatório de que trata o item II deve, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a.** Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b.** Do grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c.** Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

IV. As informações de que trata o item III serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 24 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

V. Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:

- a.** A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b.** O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c.** O extrato da conta bancária específica;
- d.** A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- e.** A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- f.** Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

VI. A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item V, observando-se o disposto no art. 56 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

VII. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento.

VIII. Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria.

Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual

I. Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício.

II. A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no item II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

III. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

a. Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

IV. A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá:

- a.** Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e
- b.** O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, observado o disposto no art. 59, § 1º, II do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

V. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias:

- a.** Sanar a irregularidade;
- b.** Cumprir a obrigação; ou
- c.** Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

VI. O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

VII. Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente.

VIII. Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

a. Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar:

i.A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

ii.A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

b. Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar:

i.A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

ii.A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado.

IX. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas.

Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final

I. A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 41 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

II. O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor;

III.Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do

término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.

IV. A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

- a.** O relatório final de execução do objeto;
- b.** Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano;
- c.** O relatório final de execução financeira;
- d.** O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e,
- e.** O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

V. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III da Cláusula Décima Sexta.

VI. Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V da Cláusula Décima Sexta.

VII. O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela:

- a.** Aprovação das contas;
- b.** Aprovação das contas com ressalvas; ou
- c.** Rejeição das contas.

VIII. A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

IX. A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário

X. A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a.** Omissão no dever de prestar contas;

- b. Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c. Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XI. A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no art. 54, § 1º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

XII. A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria.

XIII. A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá:

- a. Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou
- b. Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XIV. Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

- a. No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e
- b. No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - i. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
 - ii. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

XV. A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 9309/2022.

XVI. A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias.

XVII. A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

XVIII. Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, “b”, do item XIV desta subcláusula.

XIX. Na hipótese do item XIV, “b” desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- a. A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
- b. O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XX. O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias.

XXI. O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a. Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- b. Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

I. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas específicas, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE, as seguintes sanções:

- a. Advertência;
- b. Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil

ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

II. Prescreve em cinco anos, cotados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrente de infração relacionada à execução da parceria. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I. O presente Termo de Colaboração poderá ser:

- a. Extinto por decurso de prazo;
- b. Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- c. Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- d. Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
 - i. Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 - ii. Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
 - iii. Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
 - iv. Violação da legislação aplicável;
 - v. Cometimento de falhas reiteradas na execução;
 - vi. Malversação de recursos públicos;
 - vii. Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
 - viii. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
 - ix. Descumprimento das condições que caracterizam a PROPONENTE como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

- x. Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 - xi. Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da PROPONENTE e autorizado pelo Prefeito Municipal; e
 - xii. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- II.** A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- III.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da CONCEDENTE, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da PROPONENTE, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
- IV.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da PROPONENTE, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
- V.** Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- VI.** O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- VII.** Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- VIII.** Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

- I.** Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, caso não aplicados no objeto da parceria, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30(trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

II. A PROPONENTE compromete-se, ainda, a restituir o valor transferido nos seguintes casos:

- a.** Inexecução do objeto;
- b.** Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido; ou
- c.** Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

III. Os débitos a serem restituídos deverão ser atualizados monetariamente desde a data do recebimento, observando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, acrescidos de juros mensais de 1%, calculados da seguinte forma:

- a.** Nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022; e
- b.** Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:
 - i.** Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
 - ii.** Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

IV. A PROPONENTE deverá recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

V. A restituição do valor não exime a PROPONENTE de cumprir todas as sanções que lhes forem regularmente aplicadas, com base no presente Termo de Colaboração e na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

I. Após o fim da parceria, os bens remanescentes que tiverem sido adquiridos com os recursos repassados serão destinados:

- a. Ao CONCEDENE, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou
- b. A PROPONENTE, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

II. Na hipótese do subitem “a”, acima, a PROPONENTE deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens à CONCEDENTE, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil **não mais será responsável pelos bens.**

III. Na hipótese do subitem “b” acima, a PROPONENTE poderá realiza doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

IV. Na hipótese do subitem “b” acima, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a PROPONENTE, observados os seguintes procedimentos:

- a. Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- b. O valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

V. Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil PROPONENTE durante a vigência da parceria os bens remanescentes deverão ser retirados pela CONCEDENTE, no prazo de até noventa dias contados da data de notificação da dissolução, exceto se aprovada proposta de doação a terceiros, de conformidade com o disposto no item III desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

I. Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco-PR, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

II. Obrigatoriamente, será feita prévia tentativa de solução administrativa para dirimir eventuais questões relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem justas e acordadas, as partes obrigam-se ao fiel e integral cumprimento do Termo de Contrato, o qual é firmado por meio eletrônico, nos termos da legislação vigente, produzindo os mesmos efeitos legais das vias físicas.

Pato Branco, 16 de dezembro de 2025.

Município de Pato Branco - Concedente
Geri Natalino Dutra – Prefeito

Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer e Outros – GAMA -
Proponente
Lucineti Aparecida Zanatta da Silva Cordeiro - Presidente

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO**1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**

Razão Social da OSC: Associação dos Amigos de Prevenção do Câncer			
CNPJ: 08.696.045/0001-54			
Endereço: Rua Teófilo Augusto Loyola, 360			
CEP: 85.502-480		Telefone: 46 3223-1181	
Email: gamapatobranco@hotmail.com			
Conta corrente:	916-4	Banco do Brasil	Agência: 8563-4

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE OU RESPONSÁVEL- OSC

Representante Legal da OSC: Lucineti Ap. Zanatta da Silva Cordeiro	
CPF: 801.814.309-91	RG: 4.101.303-6
Endereço: Rua Itacolomi, 33 Bairro: La Salle	
CEP: 85.505-050	Telefone: 46 99933-5391
Email: lucinetti1@hotmail.com	

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Responsável pelo Projeto: Viviane Daniela Leite	
CPF: 017.143.639-37	RG: 5.740.481-7
Endereço: Rua Teófilo Augusto	Loyola, 357
CEP: 85.502-480	Telefone: 46 99132-3234
Email: vivi-ale@hotmail.com	

2. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC

A Associação dos Amigos de Prevenção do Câncer, Grupo de Apoio a Mama-GAMA surgiu em 18 de março de 2006, com o objetivo de apoiar e ajudar pessoas portadoras de câncer e outras doenças graves, bem como seus acompanhantes, que não possuam condições de autossustento e realizam os seus respectivos tratamentos em localidade distinta do seu domicílio.

A Associação dos Amigos de Prevenção ao Câncer se dedica a atender com humanismo e competência a população em todos os aspectos relativos ao câncer e outras doenças graves, promovendo, acolhimento, transporte, alimentação, cuidado e amparo além de atuar na prevenção e diagnóstico precoce da doença.

Possui inscrição ativa no Conselho Municipal de Assistência Social sob o número 27, Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade no SUS no que tange ao Serviço de Acolhimento Institucional Provisório para pessoas e seus acompanhantes em trânsito durante o tratamento de doenças fora da localidade de residência. Faz parte como membro Titular no Conselho Municipal de Saúde do Município de Pato Branco. Desde 2012, se tornou Casa de Apoio, onde atua com acolhimento, hospedagem, transporte e alimentação gratuitamente. Ainda, promove o fortalecimento de vínculo, com projetos realizados na casa com os usuários.

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Acolher a dor é essencial.

Identificação do Objeto: Garantir as condições de acolhimento, higiene e alimentação para pessoas em tratamento de saúde e seus acompanhantes, por meio da aquisição de materiais de consumo essenciais para a manutenção do serviço.

Período de Execução: 08 meses

3.1. DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA

Considerando que o Município de Pato Branco é caracterizado como município de médio porte, localizado na região sudoeste do Paraná com uma população estimada pelo Censo do IBGE (2022) de 91.836 pessoas e área territorial de 539,087 km², torna-se imprescindível acrescer que, por ser referência de saúde na região, há muitos encaminhamentos advindos dos 15 (quinze) municípios da região Sudoeste do Paraná, bem como 09 (nove) municípios do oeste de Santa Catarina e alguns advindos de diversas regiões do nosso país. Dessa forma, o acolhimento para as pessoas advindas de outras localidades é um serviço essencial para a Política de Assistência Social, ainda, quando se trata de pessoas sem condições de prover o seu sustento em outra localidade, sendo de extrema relevância o olhar voltado para esse usuário e seu familiar que se encontra em

estado de saúde fragilizado (enfermo), decorrente de alguma doença que o impossibilite de manter as despesas em outro local.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a Casa de Apoio Gama, tem como missão acolher as pessoas em tratamento de câncer e outras comorbidades, através acolhimento direcionado a essas pessoas e seus acompanhantes (familiares), sendo ofertado de forma gratuita, continuada e planejada, em consonância com os preceitos da legislação vigente.

O fortalecimento de vínculo também está presente. Será realizada atividade em grupos, a fim de prevenir a situação de risco social.

3.2. PUBLICO ALVO

Nº de Atendidos/mês	Faixa etária	Modalidade de atendimento
20 pessoas (acolhidos e acompanhantes)	18-90	Presencial

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Garantir a continuidade e a qualidade do serviço de acolhimento da Casa de Apoio Gama, assegurando um ambiente digno, seguro e saudável para pessoas em tratamento de saúde e seus acompanhantes, por meio do suprimento de materiais de consumo essenciais.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Assegurar as necessidades essenciais de alimentação, higiene pessoal e limpeza dos ambientes, provendo um espaço seguro, saudável e confortável para pessoas em tratamento de saúde e seus acompanhantes.

2. Abastecer a instituição com os insumos de copa, cozinha e expediente necessários para o funcionamento contínuo e organizado da Casa de Apoio, garantindo que a estrutura material esteja sempre disponível para os acolhidos e para a equipe.

3. Adquirir o material de expediente indispensável para as rotinas administrativas, como o registro de entrada, o acompanhamento dos casos e a prestação de contas, assegurando a correta documentação e gestão do serviço.

5. ESPECIFICAÇÕES DE METAS, INDICADORES DE E MEIOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO

	Meta	Indicador	Documento de Verificação
Metas Quantitativas			
1	Garantir acolhimento integral para 20 usuários (pacientes e acompanhantes mensalmente	1. Número de atendimentos no mês. Número total de refeições servidas no mês.	1. Lista de Presença Mensal (com nome, município de origem, período de permanência e assinatura). 2. Relatório Mensal do Sistema IDS Social. 3. Relatório Mensal de Refeições. 4. Relatório Fotográfico.

	Meta	Indicador	Documento de Verificação
Metas Qualitativas			
1	Obter feedback sobre os serviços essenciais (higiene e alimentação) de uma amostra 5 usuários diferentes a cada mês.	Nível de satisfação do usuário com serviços essenciais.	Termos/Pesquisa de satisfação assinados 5 usuários diferentes a cada mês, atestando o bom serviço.
2	Fomentar o engajamento dos acolhidos, garantindo que ao menos 70% deles participem de no mínimo uma atividade de apoio (Roda de Superação, Ozonioterapia, Fisioterapia, etc.), durante o período de permanência.	Taxa de participação em atividades (Nº de usuários únicos que participaram de atividades /Nº total de usuários únicos acolhidos no mês)x 100	Relatórios mensais com listas de presença das atividades e registros fotográficos da participação dos usuários.

6. METODOLOGIA/ AÇÕES DESENVOLVIDAS

A execução do objeto desta parceria se insere no contexto mais amplo do serviço de acolhimento integral oferecido pela GAMA. O suporte material (alimentação e higiene) é a base fundamental que viabiliza todas as demais atividades de apoio direto aos usuários.

6.1. Contexto do Serviço de Acolhimento na Casa de Apoio

Para garantir um acolhimento humanizado, a GAMA desenvolve um conjunto de atividades contínuas com sua equipe multidisciplinar, que são o foco do serviço e o motivo pelo qual o suporte material desta parceria se faz necessário. As principais atividades são:

- **Acolhimento e Cadastro:** Recepção dos pacientes e/ou acompanhantes, realizando o cadastro para registro em sistema, orientação e integração ao ambiente da casa.
- **Roda de Superação:** Promoção de rodas de conversa e atividades em grupo para troca de experiências, escuta mútua e fortalecimento da saúde emocional dos acolhidos.
- **Atendimentos Terapêuticos:** Oferta de atendimentos de Fisioterapia e Ozonioterapia, realizados todas as segundas e quartas-feiras, visando amenizar a dor e fortalecer a imunidade dos usuários.

É importante ressaltar que, embora estas atividades terapêuticas e de apoio psicossocial sejam financiadas por outras fontes de recursos (próprios, doações e voluntários), sua execução de qualidade depende diretamente da estrutura de acolhimento digna (alimentação, limpeza e organização) garantida pelos materiais de consumo que são o objeto desta parceria.

6.2. Ações a serem executadas com os Recursos da Parceria

Para garantir a base material descrita acima, as ações específicas que serão financiadas com o recurso de R\$ 50.000,00 são:

- **Cotação e Aquisição dos Materiais:** Realização de cotação de preços com pelo menos 3 (três) fornecedores distintos, buscando o melhor custo-benefício. As compras serão organizadas em etapas, conforme o cronograma, para garantir o abastecimento contínuo.

- **Gestão de Estoque e Consumo:** Os materiais adquiridos serão recebidos e registrados em planilhas de controle de estoque (entrada e saída).
- **Transparência e Prestação de Contas:** Para fins de acompanhamento pela gestão da parceria, os relatórios de execução e as cópias dos comprovantes fiscais serão enviados mensalmente à Secretaria de Saúde. Adicionalmente, os relatórios de monitoramento consolidados serão inseridos bimestralmente na plataforma SIT, conforme as normativas vigentes.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Cronograma de Execução								
Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Cotação de preços	X				X			
1ª Compra de materiais	X							
2ª Compra de materiais				X				
Uso contínuo dos materiais	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatórios mensais para Secretaria de Saúde	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatório bimestral no SIT		x		x		x		x
Elaboração do Relatório Final								X

8. RECURSOS UTILIZADOS PARA DESENVOLVER O PROJETO

1. Recursos Humanos

- Profissionais especializados, Fisioterapeuta e Assistente Social
- Voluntários
- Coordenação técnica e administrativa

2. Recursos Materiais

- Equipamentos de fisioterapia e ozonioterapia
- Materiais de consumo
- Mobiliário
- Materiais de escritório

3. Recursos Tecnológicos

- Computadores
- Internet e telefone
- Retroprojektor

4. Recursos Financeiros

- Verbas Públicas
- Recursos próprios da instituição

5. Infraestrutura

- Espaço físico adequado
- Acessibilidade
- Ambientes climatizados e higienizados

9. IMÓVEL DE FUNCIONAMENTO DO PROJETO

9.1. Estrutura física:

Item	Quantidade
Banheiros exclusivo para trabalhadores	4
Quartos privativos c/ banheiros e com guarda de pertence	10
Leitos	40
Cozinha	1
Refeitório	1
Lavanderia Industrial	1
Almoxarifado, sendo um para alimentos e outro para materiais de higiene e limpeza	2
Recepção- cadastro	1
Recepção – Descanso com poltronas e Tv	1
Sala de atendimento em grupo	1
Sala de atendimento individual	1
Sala de administração	1
Jardim	1

9.2. Relatório De Capacidade Técnica Para Execução Do Objeto Da Parceria

Nome	Cargo/função/ profissional	registro	Escolaridade Formação	Carga horária Semanal
Viviane Daniela Leite	Assistente Social – CLT		Superior em Serviço Social	30 horas
Franqueline M. Souza Netto	Nutricionista- Prestador de Serviço		Superior- Nutrição	4 horas
Luciele Greibim Tonial	Fisioterapeuta -Prestador de Serviço		Superior em Fisioterapia	14 horas
Loraide Monteiro	Cuidadora em Saúde - CLT		Ensino fundamental	44 horas

Marizete Alves Piano	Auxiliar Limpeza - CLT	Ensino fundamental	44 horas
Marilene Rodrigues Desspesell	Encarregada de lavanderia - CLT	Ensino fundamental	44 horas
Cleci Rodrigues de Oliveira	Cozinheira - CLT	Ensino Médio	44 horas
Joelson Luiz Borman	Motorista - CLT	Ensino Médio	44 horas
Vanessa Rocha	Recepcionista - CLT	Ensino Médio	44 horas
Judite de Bortoli Kupicki	Secretaria Executiva - CLT	Superior Administração	- 44 horas

10. PLANO DE APLICAÇÃO

Os recursos provenientes da verba parlamentar, no valor de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, serão integralmente aplicados na **aquisição de materiais de consumo essenciais** para o funcionamento da entidade de acolhimento, com foco na manutenção da higiene, limpeza e apoio ao serviço de copa. Esses materiais são indispensáveis para garantir condições dignas, seguras e saudáveis às pessoas acolhidas mensalmente pela instituição.

11. DESPESAS COM CUSTEIO

Emenda nº 150/2024: Descrição de Itens	Valor
3.3.90.30.07 - Gênero alimentícios	R\$ 24.000,00
3.3.90.30.16 - Material de expediente	R\$ 5.600,00
3.3.90.30.21 - Material de Limpeza e Produção de Higienização	R\$ 10.200,00
3.3.90.30.99 - Outros Materiais de Consumo	R\$ 10.200,00
Total	R\$ 50.000,00

• Gêneros alimentícios (Cód. 3.3.90.30.07) - Total: R\$ 24.000,00

ITEM	
Leite, óleo, café, chocolate em pó, fermento biológico, fermento químico, carne bovina, carne de frango, peixe, etc.	Obs.: As quantidades e valores não foram especificados, em razão da variação de consumo e da oscilação dos preços de mercado.

• Material de expediente (Cód. 3.3.90.30.16) - Total: R\$ 5.600,00

ITEM	
Etiquetas, papel sulfite A4, canetas, grampos, clips, cola, fita durex, toner de impressora, tinta	Obs.: As quantidades e valores não foram especificados, em razão da variação de utilização

refil, bobina térmica, pastas variadas, pincel atômico, pincel permanente, marcador de texto, quadro branco, etc.	e da oscilação dos preços de mercado.
---	---------------------------------------

• **Material de Limpeza e Produção de Higienização (Cód. 3.3.90.30.21) - Total: R\$ 10.200,00**

ITEM	
Papel higiênico bobina e rolo, desengordurante, saponáceo, vassoura, rodo e rodo de espuma, balde, saco de lixo, detergente, esponja, água sanitária, desinfetante, sabão em pó e líquido, saco de lixo, álcool 70%, etc.	Obs.: As quantidades e valores não foram especificados, em razão da variação de utilização e da oscilação dos preços de mercado.

• **Outros Materiais de Consumo (Cód. 3.3.90.30.99) - Total: R\$ 10.200,00**

ITEM	
Copo descartável, papel toalha, papel interfolha, garrafa térmica, etc.	Obs.: As quantidades e valores não foram especificados, em razão da variação de utilização e da oscilação dos preços de mercado.

Observação: As quantidades e valores unitários são estimativas e exemplificativas para fins de planejamento e podem sofrer pequenas variações durante a execução, conforme a cotação de preços e a demanda real, respeitando-se o valor total de cada categoria de despesa.

12. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante da conveniente, venho declarar que:

- A OSC preenche os requisitos mínimos para o seu enquadramento como beneficiário de parceria com o Município de Pato Branco;
- A OSC informará à concedente, a qualquer tempo, as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e a avaliação do processo;
- A OSC prestará contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do Plano de Trabalho e o objeto da parceria;
- A OSC receberá e movimentará os recursos exclusivamente em conta aberta somente para fins da parceria;
- A OSC não incorre em nenhuma das vedações explícitas na Lei 13.019/14;

- f) A OSC possui estrutura para a operacionalização da parceria tal como proposto, estando ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a Prefeitura de Pato Branco, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional;
- g) A OSC não possui, em seu corpo diretivo, servidores da administração pública municipal ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores públicos, diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da administração do Poder Público Municipal (Art.39, III da Lei 13.019);
- h) Declaro, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nossos proprietários, controladores, diretores respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Art. 39, III da Lei 13.019/14);
- i) Declaro, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a Casa de Apoio Gama não tem Dívidas com o Poder Público e Inscrição nos Bancos de Dados Públicos ou Privados de Proteção ao Crédito;
- j) A OSC não possui nenhum impedimento legal para realizar a presente parceria;
- k) Nenhum dos diretores incorre nas vedações da legislação, em especial o art. 39, VII da Lei 13.019/2014;
- l) Informo que possuo todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará à Secretaria de Saúde quando solicitado e antes da assinatura da Parceira, para fins de conferência;
- m) Serão aceitas como oficiais as comunicações enviadas ao e-mail da entidade supra indicada, que serão consideradas lidas em até 2 dias úteis do envio;
- n) Declaro estar ciente do inteiro teor da legislação que rege a matéria, em especial da Lei 13.019/2014, tendo as condições legais de firmar a parceria com a administração pública e não incorrendo em nenhuma das vedações legais;



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5EFF-2C80-579C-83D7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GERI NATALINO DUTRA (CPF 648.XXX.XXX-34) em 16/12/2025 11:19:07 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ASSOCIACAO DOS AMIGOS DE PREVENCAO DO CANCER (CNPJ 08.696.045/0001-54) VIA
PORTADOR LUCINETI APARECIDA ZANATTA DA SILVA CORDEIRO (CPF 801.XXX.XXX-91) em
16/12/2025 13:44:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/5EFF-2C80-579C-83D7>